

30 OUT 1986

JORNAL DA TARDE

Quinta-feira, 30-10-86 — O ESTADO DE S. PAULO

CONSTITUINTE
**Brossard quer
 comissão
 independente
 para legislar**

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, é a favor da instituição de uma comissão interna com delegação de poderes da própria Assembléia Nacional Constituinte, e funcionaria como Legislativo ordinário nos casos especiais em que fosse necessário se pronunciar sobre medidas urgentes e inadiáveis do País. Vencida essa fase, o Legislativo voltaria à Câmara e ao Senado como Legislativo comum. "Não é

possível que uma Assembléia funcione simultaneamente como Constituinte e Legislativo ordinário ao mesmo tempo", justificou ontem o ministro.

Na prática, Brossard defende uma "abstinência legislativa" do Congresso enquanto durasse a discussão sobre a nova Constituição. Havendo exceções, porém, segundo entende o ministro: somente o Poder Executivo poderia propor a aprovação de leis que seriam analisadas e posteriormente aprovadas por essa comissão com poderes delegados pela Constituinte. "A composição dessa comissão não ultrapassaria de 20 parlamentares e obedeceria critério de proporcionalidade e seu presidente não teria de ser o mesmo da Constituinte." Com isso, Brossard acredita que não se tiraria o poder da Assembléia de legislar, porque essa comissão seria parte da própria Assembléia ali representada.

Uma outra alternativa que Brossard admite como possível é o presidente Sarney legislar através de decretos-leis — medida que ele não classifica como a melhor solução, uma vez que sempre a criticou em seus tempos de parlamentar.

Renovação

O advogado Sóbral Pinto, um dos mais antigos do País, ainda em atividade, aos 80 anos, disse ontem ao *Jornal da Tarde* que um dos aspectos mais importantes das próximas das eleições é a renovação dos quadros políticos, que não ocorreu durante o regime militar.

"A renovação nunca acontece em regime fechado, já não havia ocorrido no Estado Novo, a ditadura de Vargas", disse Sobral Pinto, que no Rio vai votar em Moreira Franco para governador e em São Paulo "votaria em Antônio Ermírio de Moraes".

"Fui amigo do pai do candidato, o senador Ermírio, e o defendi

em um processo ontra Assis Chateaubriand. Admiro Antônio Ermírio pela capacidade de trabalho e honestidade", disse o advogado.

Sobral Pinto não acredita "em expedientes como o populismo ou caudilhismo, que se confundem, para o progresso político do País", e defende a mais absoluta liberdade "dentro do regime do Estado de Direito".

Inviabilidade

O advogado Sobral Pinto reiterou sua preferência pela manutenção do sistema presidencialista de governo na Constituição de 87. Não apoiando, assim, a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais para a adoção do parlamentarismo.

Já outro advogado, Miguel Reale Júnior, encara com certas reservas a questão da mudança do sistema de governo. Ele concorda com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para quem o próxi-

mo presidente da República não poderá ter suas prerrogativas cassadas, quando o povo se prepara para elegê-lo depois de mais de 20 anos sem escolher o presidente.

Para Reale Jr., o próximo presidente da República chegará ao poder com muitos compromissos assumidos em praça pública, e não pode ser comprometido com uma mudança de sistema de governo que tire a sua força. Ele reconhece que é necessário que sejam devolvidas ao Congresso Nacional as suas prerrogativas, mas sem comprometer o papel do presidente da República na estrutura de poder.

Reale Jr. disse que pode haver uma mudança de sistema de governo que faça com que o Executivo divida com o Legislativo a responsabilidade de governar a Nação, mas sem comprometer as tradições históricas do País e sem reduzir a figura do presidente da República.

O advogado, que é candidato

pelo PMDB de São Paulo à Constituinte, disse que as eleições de novembro serão realmente importantes para a renovação política, que, a seu ver, deve começar já na campanha para as eleições.

Reale Jr. disse que a população está interessada na Constituinte, nos seus trabalhos e nas propostas que serão feitas através dela, e isso pode ser constatado nas diversas reuniões que tem realizado tanto na Capital quanto no interior de São Paulo.

"Nas reuniões que realizamos no Interior, as pessoas de diversas camadas sociais mostraram seu interesse em questões que serão debatidas na Constituinte. Não só os problemas relacionados à segurança pública, mas também a outros, como saneamento, direitos fundamentais, direito de greve. Nestas ocasiões tivemos a grata satisfação de confirmar o interesse da população pela Constituinte", disse Reale Jr.

JORNAL